

Direitos e Deveres dos Cooperados

Conforme Art. 6º do Estatuto Social vigente, são **direitos dos associados:**

- I – tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais ou estatutárias;
 - II – ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais ou regulamentares pertinentes;
 - III – propor individualmente ou coletivamente ao órgão estatutário competente, por escrito, as medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
 - IV – beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observadas as regras estatutárias e com os regulamentos internos;
 - V – examinar e pedir informações, por escrito, sobre a documentação das assembleias gerais, prévia ou posteriormente à sua realização, exceto os protegidos pela lei do sigilo;
 - VI – tomar conhecimento dos normativos internos da Cooperativa; VII – retirar capital, juros e sobras, nos termos deste estatuto social; VIII – demitir-se da Cooperativa quando lhe convier;
- §1º - O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a Cooperativa, perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego;
- § 2º - Também não pode votar e ser votado o associado que preste serviço em caráter não eventual à Cooperativa, que é equiparado a empregado da Cooperativa para os devidos efeitos legais;
- §3º - O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 01 (Um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

Art. 21, II e IV, da Lei nº 5.764/1971, art. 6º da Resolução CMN nº 4.072/2012, art. 1º da Resolução CMN nº 4.150/2012 e art. 56 da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Conforme Art. 7º do Estatuto Social vigente, são deveres dos associados:

- I – subscrever e integralizar as quotas-partes de capital;
- II – satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa;
- III – cumprir as disposições deste Estatuto Social, do Regimento Interno, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como, dos normativos internos;
- IV – zelar pelos interesses da cooperativa, acompanhando a gestão e os resultados;
- V – cobrir sua parte no rateio das perdas apuradas, conforme a legislação vigente e as decisões das Assembleias Gerais;
- VI – não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa, para finalidades não propostas no financiamento, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização pela Cooperativa ou por entidade designada para esta função ou pelo Banco Central do Brasil;
- VII – respeitar as boas práticas de movimentação financeira, realizar suas operações financeiras preferencialmente na cooperativa, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não deve sobrepor seu interesse individual;
- VIII – comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilicitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa;
- IX – manter as informações do cadastro na Cooperativa constantemente atualizados ou sempre que requeridos pela Cooperativa.

Parágrafo Único: Caso o associado deixe de atualizar seu cadastro junto a Cooperativa presumem-se válidas todas as correspondências e notificações enviadas para o endereço indicado na última atualização de seu cadastro.

Direitos dos Associados

- I – tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais ou estatutárias;
- II – ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais ou regulamentares pertinentes;
- III – propor individualmente ou coletivamente ao órgão estatutário competente, por escrito, as medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- IV – beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observadas as regras estatutárias e com os regulamentos internos;
- V – examinar e pedir informações, por escrito, sobre a documentação das assembleias gerais, prévia ou posteriormente à sua realização, exceto os protegidos pela lei do sigilo;
- VI – tomar conhecimento dos normativos internos da Cooperativa;
- VII – retirar capital, juros e sobras, nos termos deste estatuto social;
- VIII – demitir-se da Cooperativa quando lhe convier;
- § 1º - O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a Cooperativa, perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego;
- § 2º - Também não pode votar e ser votado o associado que preste serviço em caráter não eventual à Cooperativa, que é equiparado a empregado da Cooperativa para os devidos efeitos legais;
- § 3º - O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 01 (Um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

Deveres dos Associados

I – subscrever e integralizar as quotas-partes de capital;

II – satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa;

III – cumprir as disposições deste Estatuto Social, do Regimento Interno, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como, dos normativos internos;

IV – zelar pelos interesses da cooperativa, acompanhando a gestão e os resultados;

V – cobrir sua parte no rateio das perdas apuradas, conforme a legislação vigente e as decisões das Assembleias Gerais;

VI – não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa, para finalidades não propostas no financiamento, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização pela Cooperativa ou por entidade designada para esta função ou pelo Banco Central do Brasil;

VII – respeitar as boas práticas de movimentação financeira, realizar suas operações financeiras preferencialmente na cooperativa, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não deve sobrepor seu interesse individual;

VIII – comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa.

IX – manter as informações do cadastro na Cooperativa constantemente atualizados ou sempre que requeridos pela Cooperativa.

Parágrafo Único: Caso o associado deixe de atualizar seu cadastro junto a Cooperativa presumem-se validas todas as correspondências e notificações enviadas para o endereço indicado na última atualização de seu cadastro

Demonstrações Contábeis, Sobras, Perdas e Fundos Sociais

Art. 28 – A Cooperativa elaborará duas demonstrações contábeis anuais, uma em cada último dia dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Art. 29 - As sobras apuradas no final de cada exercício serão distribuídas da seguinte forma:

I - 30% (trinta por cento), no mínimo, para o Fundo de Reserva;

II - 5% (cinco por cento), no mínimo, para o FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social;

III - o saldo que restar ficará à disposição da Assembleia Geral, para a destinação que esta entender mais conveniente, respeitada, no caso de rateio entre os cooperados, a proporcionalidade em relação às operações por estes realizadas, sendo que as sobras dos cooperados inadimplentes serão utilizadas para a compensação dos débitos destes junto a Cooperativa.

§ 1º - A assistência técnica, educacional e social a ser prestada com recursos do FATES e ainda com recursos de convênios e provisões, pode ser executada mediante convênios com entidades especializadas, públicas ou privadas, federações de cooperativas que mantenham tais serviços, ou com outras cooperativas;

§ 2º - O Fundo de Reserva destina-se a reparar perdas eventuais e ao desenvolvimento de suas atividades, conforme legislação vigente;

§ 3º - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social destina-se a prestar assistência e educação aos seus empregados e aos seus cooperados e dependentes da Cooperativa;

§ 4º - Os fundos mencionados neste artigo são indivisíveis entre os cooperados, mesmo nos casos de liquidação ou dissolução, hipótese em que serão destinados conforme previsão legal.

Art. 30 - Além dos fundos previstos no artigo anterior, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, com recursos obrigatoriamente destinados a fins específicos, com caráter temporário, fixando o modo de sua formação, aplicação e liquidação.

Art. 31 - A distribuição das sobras e o rateio das perdas entre as associadas dar-se-á proporcionalmente às operações por elas realizadas

Do Fundo Garantidor e respectivos limites

Os associados das Cooperativas de Crédito filiadas ao Sicoob UniMais Centro Leste Paulista e integrantes do SICOOB têm garantidos os seus depósitos à vista e a prazo, mantidos na Cooperativa, até o valor máximo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por inscrição de CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), preenchidos os requisitos e condições dispostos no respectivo regulamento.

